

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98

### INTRODUÇÃO

Apresentamo-nos a este Congresso com a consciência de termos respeitado escrupulosamente o mandato que recebemos há três anos e de termos obtidos importantes vitórias em matérias muito caras aos sócios da FNE.

O IV Congresso decorreu num momento particularmente difícil do nosso relacionamento com o Governo, quando vários e importantes dossiers reivindicativos estagnavam sem respostas na mesa da responsável pelo Ministério da Educação. Saímos do Congresso fortalecidos pelo apoio dos nossos associados, dispostos a empreender uma luta sem tréguas, até obtermos resposta favorável às nossas legítimas aspirações.

É da acção que desenvolvemos, do modo como cumprimos o plano de acção aprovado no Congresso de 1995 que nos cumpre, agora, prestar contas.

Entretanto, foi ao longo deste mandato que a FNE passou a dispor de instalações próprias, em Lisboa, juntamente com a nova Sede do SDPGL e do STAAESul. Estas instalações da FNE em Lisboa vêm dar resposta às necessidades decorrentes de, em muitas ocasiões, ser necessário realizar reuniões preparatórias de encontros de negociação com os diferentes Ministérios. Por outro lado, permite-se dar apoio logístico às deslocações que os dirigentes da FNE têm que realizar para promoverem os seus encontros de trabalho, havendo ainda a possibilidade de aí realizar reuniões do secretariado executivo e do secretariado nacional.

Em termos de apresentação de relatório de actividades do triénio que agora finda, e para evidenciarmos o sentido de prestação de contas do mandato recebido, este relatório segue a organização do Plano de Acção a que se reporta, o que permite verificar o muito elevado grau de concretização de todo o plano a que nos propusémos, registando-se apenas que em um número reduzido de domínios, nomeadamente no que diz respeito à acção social e cultural, não foram levadas a cabo as iniciativas programadas.

Apresentaremos, assim, a acção que desenvolvemos segundo os seguintes parâmetros

- I - Intervenção na Política Educativa
- II - Acção Reivindicativa
- III - Articulação da acção com os Sindicatos membros e com outras Organizações Sindicais Nacionais e Internacionais
- IV - Política de Formação
- V - Política de Informação



### I - INTERVENÇÃO NA POLÍTICA EDUCATIVA

Como foi decidido em Congresso, o Secretariado Nacional manteve uma atenção permanente sobre a política de Educação, tendo procedido a balanços anuais da política educativa do Governo, participado nos debates propostos e tomando a iniciativa de propostas de orientação da educação.

Aliás, imediatamente antes da realização das últimas eleições legislativas, a FNE promoveu a organização de amplos debates, com vista à determinação de um caderno reivindicativo, a ser apresentado a qualquer Governo que saísse das eleições de Outubro de 1995. Desses debates, resultou um extenso documento, designado "Preparar o século XXI investindo na educação e na formação", o qual foi aprovado em Secretariado Nacional e





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÊNIO 95/98

apresentado ao Ministro da Educação no primeiro encontro bilateral FNE/ME que ocorreu depois dessas eleições. Este documento era acompanhado de outros dois, respectivamente “Prioridades Reivindicativas para 1995/96” e “Questões urgentes a requererem intervenção imediata”.

### Os balanços anuais à acção do Governo em matéria de educação

No final de cada ano lectivo o Secretariado Nacional elaborou balanços da acção política do Ministério da Educação; estes balanços foram submetidos ao Conselho Geral, apresentados à Imprensa e divulgados aos associados.

O balanço de 1995, feito poucos meses depois do nosso Congresso, evidenciou a política desastrosa que estava a ser seguida pelo Governo; a divulgação pública da posição da FNE não deixou de causar contestação em alguns associados dos nossos Sindicatos, dada a proximidade das eleições legislativas. De facto, porque se concluiu um mandato do Governo, enquadrado no plano de luta que nos tínhamos proposto - e de que se falará no ponto seguinte -, optou-se por fazer um balanço à política seguida no mandato da então titular da pasta da Educação (ou seja, a partir de Dezembro de 1993). Esse balanço foi distribuído a todas as escolas.

O balanço de 1995/96 incidiu sobre sete pontos : os exames nacionais do 12º ano, a proposta de Pacto Educativo feita por Marçal Grilo ao país, as propostas de Lei feitas à Assembleia da República, visando a alteração da lei de bases do sistema educativo e a criação de uma lei quadro da Educação pré-escolar, o Despacho de criação de currículos alternativos, a posição face à Administração das Escolas e os dossiers de negociação relativos aos diferentes grupos profissionais que a FNE representa.

O tom geral da análise que produzimos pode sintetizar-se no que se afirma na parte introdutória desse balanço :

“A entrada em funções da nova equipa foi

*acompanhada de uma expectativa generalizadamente positiva até porque os seus membros eram conhecidos pela sua competência nesta área e estavam indissociavelmente ligados à concretização da paixão anunciada pelo Primeiro Ministro.*

*Nove meses volvidos, verifica-se que os novos responsáveis pelo Ministério da Educação procuraram reabrir as vias de diálogo - que tinham sido interrompidas durante o anterior ano e meio - e que conseguiram criar alguma pacificação no Sistema pelo modo como resolveram alguns diferendos anteriores. Estes são factos que podem ser considerados como uma primeira resposta positiva às expectativas criadas. Passados, porém, os primeiríssimos meses, aquilo a que se pôde assistir foi a um sucessivo adiamento da resolução de problemas urgentes e à prática inexistência de medidas de fundo.”*

O balanço de 96/97, ao nível da orientação política, incidiu sobre as seguintes matérias : alterações, produzidas de modo casuístico, ao modelo de Administração das escolas; alterações, também casuísticas, da rede escolar; revisão, por despacho, dos apoios educativos; proposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo; generalização da Educação pré-escolar (cujo arranque não tinha ocorrido); produção de alterações pontuais aos concursos de professores e à transferência de competências para as autarquias.

Sobre todas estas matérias a FNE se posicionou de forma muito crítica.

Poderíamos sintetizar o julgamento que fizemos à política do Governo nos seguintes termos :

*“Se a actuação do Ministério da Educação ao nível das negociações profissionais se pautou por um grande respeito pelos compromissos assumidos e por uma constante busca dos mais*





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÊNIO 95/98

*alargados consensos, o que permitiu obter acordos importantes em áreas de que muito depende a melhoria do Sistema, se é certo, ainda, que os exames decorreram em normalidade, tendo-se corrigido os graves erros que ocorreram no ano anterior, é certo, também, que medidas urgentes ficaram por tomar e que outras foram tomadas de forma casuística, ao arrepio de qualquer negociação, e em alguns casos, de modo que pode comprometer gravemente o futuro.”*

Para além de uma atenção constante e da divulgação das suas posições críticas sobre a actuação do Governo, a FNE interveio na discussão de todos os projectos de política educativa.

### **Intervenção na discussão de medidas de política educativa**

Através de estudos realizados, de intervenções junto do Governo e da Assembleia da República (em reuniões por nós propostas ou para que fomos convidados) e da participação activa em fora mais alargados - no âmbito das organizações sindicais em que a FNE se encontra filiada - desenvolvemos uma acção orientada pelo objectivo de influenciar as políticas de educação.

Inventariam-se, de seguida, alguns dos temas principais que foram objecto de intervenção da FNE :

- crítica às conclusões que o Ministério da Educação assumiu a partir de um relatório da Inspeção Geral de Educação, o qual visava analisar a aplicação das medidas de aproveitamento de tempos de inactividade dos alunos resultantes da ausência imprevista dos professores a uma ou mais aulas. A FNE, fazendo uma análise cuidada do referido relatório, pôde mostrar que este punha em causa a eficácia dos serviços do Ministério e não a capacidade dos professores. Foi possível chamar a atenção dos órgãos de comunicação para este facto, impedindo assim um julgamento injusto dos professores (Junho de 1995);

- apresentação de propostas de intervenção, visando resolver os problemas detectados através das avaliações dos exames nacionais de 1996;

- apreciação da proposta de Pacto Educativo;

- apreciação da proposta de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo; tendo tido a FNE a ocasião de apresentar a sua opinião à Comissão Parlamentar de Educação e aos diferentes Grupos Parlamentares, na Assembleia da República, em duas ocasiões;

- apreciação de nova legislação para a expansão da educação pré-escolar, tendo a FNE participado num debate internacional de reflexão sobre o tema e tendo apresentado as suas críticas ao Governo e à Comissão Parlamentar de Educação, relativamente à proposta de lei-quadro, fazendo propostas alternativas;

- apreciação da criação dos currículos alternativos, tendo a FNE assumido uma posição de forte contestação a esta medida, repudiando todas as soluções que pudessem criar guetos no interior das escolas, afirmando, por outro lado, a sua aposta noutras soluções alternativas ao Despacho governamental para viabilizar o respeito por níveis diferentes de aprendizagens, com ampla integração de todos os alunos numa mesma realidade escolar;

- emissão de parecer crítico sobre as condições de reordenamento da rede escolar e ainda sobre as alterações pontuais à introduzidas no modelo de Administração Escolar;

- emissão de parecer fundamentado sobre o Relatório de Avaliação produzido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do novo modelo de gestão, Comissão que a FNE integrava, tendo assumido voto de vencido relativamente a esse relatório. Note-se que o Parecer da FNE consagrava os princípios por que sempre nos batemos e que vieram a fazer vencimento na última versão do novo modelo recentemente enviado a Conselho de Ministros;

- intervenção activa na discussão sobre o novo modelo de Administração Escolar, tendo promovido, sobre esta temática um debate nas





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98

escolas antes de o Ministério ter proposto o debate público. As posições da FNE foram veiculadas para o Conselho Nacional de Educação e para o Ministério da Educação nas duas fases em que o processo decorreu;

- intervenção sobre a introdução de alterações pontuais ao quadro de habilitações próprias e suficientes para a docência;

- intervenção sobre a determinação de novas orientações para a área dos apoios educativos, com especial incidência para a educação especial;

- intervenção no debate e emissão de parecer sobre o Estatuto do Aluno.

Não chegou a fazer-se a apreciação dos Orçamentos de Estado e da sua adequação às necessidades do Sistema Educativo, por falta de recursos humanos que nos permitissem uma tomada de posição com garantias de rigor e isenção.



### II - ACÇÃO REIVINDICATIVA

A FNE obteve, neste triénio, importantes vitórias para os trabalhadores que representa. Estas vitórias não se obtiveram sem luta e sem uma acção sistemática de informação aos associados e à opinião pública em geral.

#### A - Uma luta precursora de grandes vitórias

O ano de 1995 foi um ano muito difícil, na medida em que até Outubro se viveu em clima de guerra constante com o Ministério da Educação, e entre Outubro e Dezembro se viveu numa prática paralisia de actividade, devida à mudança de Governo.

É convicção do Secretariado Nacional que, se não tivéssemos desenvolvido uma acção tão aguerrida, nos últimos tempos do Governo anterior e nos primeiros tempos do novo Governo,

não teria sido possível obter as vitórias que obtivemos.

Recordaremos, assim, em primeiro lugar, a luta que empreendemos a partir do Congresso de Abril de 1995 :

- entre 2 e 15 de Maio de 1995, foi feita uma distribuição maciça de material de divulgação que foi afixado nas escolas e que punha em evidência a inoperacionalidade do Ministério da Educação;

- entre 22 e 31 de Maio, realizaram-se por todo o país reuniões de escola, ao abrigo da Lei Sindical, procedendo-se nesses encontros à análise da situação na Educação, sendo aprovados centenas de telegramas de protesto que foram remetidos ao Primeiro-Ministro e à Ministra da Educação;

- no dia 2 de Junho, centenas de Trabalhadores da Educação distribuíram à população uma carta de denúncia das razões da luta que se estava a desenvolver, atribuindo a responsabilidade pelos erros que caracterizam o estado do sistema educativo ao Ministério da Educação;

- em 2, 3 e 5 de Junho passou na TSF, seis vezes ao dia, um spot publicitário a apelar à Manifestação Nacional;

- no dia 5 de Junho, milhares de Trabalhadores da Educação desfilarão entre o Campo Pequeno e o Ministério da Educação, tendo realizado aí uma concentração, na qual estiveram presentes o Secretário Geral e o Presidente da UGT;

- em inícios de Setembro, era divulgado às escolas o balanço da acção governativa da titular da Educação.

No início de 1996, face à posição do novo Governo, que integrou o adicional de 2% (transitado do Governo anterior) nos salários dos trabalhadores do regime geral da Administração Pública, sem tomar idêntica medida para os corpos especiais, pondo em causa a paridade das carreiras, convidámos a FENPROF e o SINDEP para uma acção concertada, visando lutar contra esta discriminação. Foi feita uma grande





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÊNIO 95/98

mobilização dos professores e uma campanha de imprensa com o objectivo de esclarecer a população sobre as razões da nossa luta. Não foi necessário chegar mais longe, porque um Acordo com o Ministério tornou possível repor a paridade.

### **B - Vitórias alcançadas e acordos celebrados**

Prosseguindo uma acção reivindicativa marcada pela apresentação de propostas exequíveis, por uma intransigência total ao nível dos princípios e por uma disposição permanente para chegar a acordos, a FNE obteve no último triénio algumas importantes vitórias, subscreveu acordos importantes e abriu caminho a acordos futuros.

Aos que julgavam que os acordos celebrados em anos anteriores relevavam de uma eventual maioria partidária no seio do Secretariado Nacional, julgamos ter podido mostrar que a nossa única preocupação foi sempre a de obter para os trabalhadores que representamos e para a Educação no nosso País as melhores respostas.

Apresentamos, de seguida, as principais vitórias alcançadas articulando-as com os Acordos com que foram finalizadas.

### **1. Ao nível da revisão e regulamentação do Estatuto dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário**

#### **1.1. Abolição do 8º escalão na carreira docente**

Tendo assumido em 1989 o compromisso de aceitar um momento particularmente exigente de avaliação dos docentes no decurso da carreira, como contrapartida da obtenção de novos escalões significativamente melhor remunerados, a FNE sentiu-se obrigada a manter uma atitude positiva face à candidatura ao oitavo escalão, mesmo se reconhecia que, chegado o momento de implementar esta candidatura, os

professores lhe eram menos favoráveis do que tinham admitido no momento de se realizar o Acordo com o Governo em 16 de Junho de 1989.

Na sequência do Congresso de Abril de 1995, a FNE comprometeu-se a renegociar os termos da referida candidatura. Confrontada com a decisão do novo Governo de acabar com esta candidatura, substituindo-a por outro mecanismo de avaliação, a FNE envolveu-se numa negociação exigente com o Ministério, preocupada em defender os professores nas suas legítimas expectativas e vincular o Ministério ao pagamento dos vencimentos relativos aos escalões a que os docentes perfizeram direito de aceder em prazos aceitáveis.

A FNE participou, nos termos da legislação em vigor, na elaboração da legislação pertinente para a abolição da candidatura ao 8º escalão, tendo sempre deixado claro que estava disponível para, em diálogo, negociar a revisão do sistema de avaliação dos docentes, a que nos reportaremos adiante, deixando ainda claro que rejeitaria qualquer hipótese de trabalho que visasse suspender, adiar ou atrasar a progressão em carreira dos professores.

#### **1.2. A carreira docente reconduzida aos 29 anos de serviço**

No quadro de um processo negocial complexo, reconduziu-se a carreira docente a 29 anos, depois da situação de excepção criada em 1996 pelas condições em que se garantiu, na altura, a paridade das carreiras do regime geral da administração pública e a carreira docente. Dentro do conjunto de medidas que este princípio acarretou, assinala-se que se conseguiu que os novos valores dos índices dos 9º e 10º escalões produzissem efeitos a partir 1 de Janeiro de 1997, e que o seu pagamento se iniciasse em Setembro, para além de se ter garantido no texto do acordo a consideração da situação dos professores que desde 1 de Janeiro de 1997 reúnem as condições para passarem à situação de aposentação. Acordo celebrado em 5 de Maio de 1997.





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98

### 1.3. Regulamentação dos artigos 54º e 55º e alteração dos artigos 56º e 57º

Este foi, talvez, o dossier mais difícil de concluir e o mais emblemático para a FNE. Tratava-se de consagrar, na prática, a carreira única e de garantir eficácia aos novos graus académicos obtidos pelos docentes.

Durante a assinatura do acordo - celebrado em 15 de Novembro de 1996 - o Secretário de Estado da Administração Educativa fez questão de assinar os Despachos que iriam ser remetidos para o Diário da República e do qual constavam as listagens das licenciaturas, deses, mestrados e doutoramentos que confeririam bonificação em carreira. Foram também alterados os artigos 56º e 57º do ECD, contemplando aqueles que se especializaram para o desempenho de outras funções educativas.

Cabe aqui registar que esta foi a mais dura negociação levada a cabo por esta Federação, desde o início do mandato deste Governo, e que se seguiu, como se sabe, a uma profunda luta contra o Governo anterior.

### 1.4. Revisão do articulado do Estatuto da Carreira Docente

Procedeu-se a uma revisão limitada do Estatuto da Carreira Docente, tendo ficado pendente a revisão do Decreto-Lei nº 409/89, que define a estrutura da carreira.

Os aspectos mais salientes desta revisão têm a ver com o processo de avaliação de desempenho dos docentes e com o reconhecimento dos acréscimos de formação em carreira.

Embora se tenham mantido ainda alguns aspectos sem resposta às nossas reivindicações, não podemos deixar de caracterizar como positiva esta revisão do Estatuto da Carreira Docente.

De referir que o acordo sobre a avaliação dos docentes consagra um modelo despido de procedimentos burocráticos, motivador e recompensador de formas de empenhamento na actividade docente, com especial reconhecimento para as diferentes dimensões em que se desdobra a actividade de cada um no estabelecimento de

educação ou de ensino em que trabalha.

Sendo o processo de avaliação de desempenho um processo complexo e tendo as propostas iniciais do Governo merecido a nossa rejeição, a FNE desenvolveu junto dos professores uma acção aprofundada de esclarecimento e de debate sobre esta matéria, tendo sido possível chegar, no interior da Federação, a soluções consensuais que fizeram vencimento nas negociações. Apraz-nos registar que as nossas propostas acabaram por ser aceites por outras organizações sindicais representativas dos professores, o que permitiu que esta importante reforma se tenha concluído pacificamente e com ampla participação.

O Acordo foi celebrado em 5 de Maio de 1997.

### 1.5. Redefinição dos regulamentos de concessão de licenças sabáticas e de equiparação a bolseiros

Participámos de uma forma exigente na redefinição dos regulamentos destas situações, estando em vias de publicação os diplomas legais que consagram as novas orientações para esta área.

## 2. Vinculação de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Na sequência de estudos aprofundados sobre a mobilidade do corpo docente, a FNE fez uma proposta ao Ministério da Educação de efectivação de 15 000 docentes, assim distribuídos :

Educação pré-escolar	1 500 vagas
Primeiro ciclo	3 500 vagas
2º e 3º ciclos e secundário	10 000 vagas

O Acordo foi celebrado em 13 de Janeiro de 1998.

Este Acordo estabelece, ainda, que no ano de 1998 será produzida legislação que garanta :

- a redução de 4 para 3 anos de contrato para acesso aos quadros de zona pedagógica;
- o acesso à profissionalização em serviço dos nomeados em quadro de zona pedagógica;
- a previsão de intercomunicabilidade en-





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98

tre os quadros distritais de vinculação e os quadros de zona pedagógica;

- o acesso a outras funções educativas.

Na intervenção feita pelo Ministro, no momento da assinatura do acordo, foi salientada a posição dialogante, séria e rigorosa da FNE num processo tão delicado quanto é o do alargamento dos quadros e a garantia dos direitos dos trabalhadores à estabilidade de emprego.

### 3. Ensino Superior

No dia 27 de Fevereiro de 1996 a FNE assinou com o Governo um acordo relativamente à revalorização salarial dos professores do ensino superior, na perspectiva de em 1999 esta revalorização se situar nos 20%.

Esta revalorização consubstanciou-se, nesse ano de 1996, num aumento extraordinário da ordem dos 4% para todas as categorias e na criação de dois novos índices para as categorias de professores adjuntos e catedráticos. Os professores auxiliares foram objecto de uma maior revalorização: 5,5%.

Este foi um primeiro passo para colocar os docentes do ensino superior no topo dos vencimentos da administração pública.

A revalorização salarial gradual acordada em 1996 não teve, no entanto, a dimensão mínima que era exigível no ano de 1997, tendo em conta o objectivo a atingir.

Para além do acordo de revalorização salarial assinado em 1996, nada mais se adiantou na negociação dos Estatutos das Carreiras Docentes Universitária e do Politécnico, estando comprometidos todos os calendários estabelecidos com o Ministério. As propostas avançadas pela FNE, que visam alterar a filosofia de organização de quadros, privilegiando o mérito em relação ao controlo administrativo, e a do conceito de "regime de exclusividade" tiveram pouca receptividade da parte da Comissão Negociadora Ministerial. A perspectiva ministerial é a de manutenção da situação actual, aperfeiçoando apenas alguns

mecanismos administrativos e funcionais, alguns dos quais de duvidosa bondade.

A FNE tem mantido a exigência de ser garantida a igualdade de prestígio e qualidade para o ensino superior universitário e politécnico.

### 4. Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Acção Educativa

A exigência de uma carreira própria para os Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Acção Educativa, uma velha aspiração de uma classe tão esquecida, ainda que tão fundamental para a vida da comunidade educativa, tem sido um dos temas das reuniões que a FNE tem mantido com o Ministério da Educação, tendo a Federação reivindicado a criação imediata do Estatuto para os Trabalhadores Não Docentes. Este estatuto deve servir os verdadeiros interesses de milhares de trabalhadores da educação, enquanto profissionais empenhados em contribuir para a concretização de uma escola que responda aos problemas que a comunidade hoje coloca às escolas. Entre as questões mais prementes, coloca-se a discussão das matérias relativas à organização dos quadros de escola e à alteração dos concursos para estes trabalhadores.

Neste sentido, foi consagrado o princípio de uma revisão profunda das carreiras dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação, tendo-se constituído uma mesa negocial autónoma para o efeito.

### 5. Ensino Particular

Até ao mês de Setembro, o ano de 1995 foi um ano de impasse nas negociações do clausulado do Contrato do ensino particular e cooperativo. Após a assinatura o acordo do qual resultaram os aumentos salariais de 1994, a AEEP (Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular) comprometeu-se a muito rapidamente ultrapassar os problemas no seu seio, por forma a negociar o clausulado do Contrato Colectivo de Trabalho dos profissionais deste sector de ensino. Embora a FNE, por mais





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÊNIO 95/98

de uma vez, tenha tentado reiniciar as negociações, tal não foi possível. No mês de Setembro de 1995, foi a Federação confrontada com o envio, por parte da AEEP, de uma proposta de protocolo prévio ao prosseguimento da negociação colectiva de trabalho. Na proposta da AEEP, pressupunha-se a não consulta às bases e a distinção entre a negociação das grelhas salariais e o estatuto dos profissionais do ensino particular e cooperativo, proposta que não pôde ser aceite pela FNE.

Face ao momento tardio em que a proposta da AEEP foi apresentada, violando o acordo feito em 1993, a FNE reagiu negativamente, não tendo sido possível chegar a consenso quanto a uma calendarização e a um texto que pudesse ser uma base negocial, tendo-se, portanto, apenas, negociado as grelhas salariais para o ano de 1995/96.

No ano de 1996, foi desenvolvido um intenso trabalho com o objectivo de actualizar o clausulado do Contrato Colectivo de Trabalho. O processo de revisão decorreu com múltiplas dificuldades, uma vez que a Comissão Negociadora da AEEP, sem margem de manobra para proceder a uma real equiparação de carreiras, contrapunha soluções que implicavam um aumento do horário dos professores, sob o pretexto de que essas horas iriam servir para o desenvolvimento das relações com a comunidade.

À beira da convocação de uma greve para o sector, foi possível acordar actualizações salariais que se situaram entre os 4,3% e 4,5%, sendo suspensa qualquer revisão do clausulado.

Os professores viram regredir a sua equiparação, na medida em que nesse mesmo ano os seus colegas do ensino oficial vieram a auferir aumentos da ordem dos 5,79 % .

O CCT foi depositado nos finais de Outubro, atrasando, de uma forma definitiva, a revisão de futuros contratos, o que significa que a sua publicação passaria a ser posterior à vigência - 1 de Outubro .

Como foi amplamente divulgado, no ano de 1997/98, a determinação dos aumentos salariais no ensino particular não teve em conta

as propostas da FNE, já que a comissão negociadora da AEEP escolheu como parceiro preferencial para este efeito os sindicatos da Fenprof/CGTP, tendo mesmo usado de má-fé negocial ao celebrar com eles um acordo por valores de aumentos inferiores àqueles que já tinha proposto à FNE.

Em situação de ruptura negocial, a FNE, no âmbito da UGT, dirigiu ao Ministério da Qualificação e Emprego um pedido de intervenção, para efeitos de conciliação. Nas reuniões realizadas, quer os sindicatos da UGT, quer a AEEP manifestaram, de novo, as suas posições de princípio, não tendo sido possível, no entanto, qualquer consenso.

Face ao ocorrido, a FNE desenvolveu uma campanha de luta, pelo que, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1998, os dirigentes dos sindicatos da FNE realizaram uma intensa campanha de informação a todos os trabalhadores do ensino particular, através de visitas a centenas de estabelecimentos do sector de todo o país.

Nestas visitas, os dirigentes procederam à afixação de cartazes alusivos a esta campanha de esclarecimento no ensino particular, tendo verificado o clima generalizado de insatisfação que se está a viver no ensino particular.

Decorre este clima de insatisfação fundamentalmente das gritantes diferenças salariais entre os professores do ensino público e do ensino particular.

Os docentes do ensino particular, ao longo de todas as visitas, consideraram que é essencial reduzir o fosso que já separa em muitas categorias os docentes do ensino particular em relação aos do ensino público.

Sendo certo que a AEEP pretende iniciar um processo de revisão do articulado do Contrato Colectivo de Trabalho do sector, não é menos verdade que a FNE considera impensável avançar-se nessa área sem que a questão salarial esteja resolvida, através da celebração de um acordo firmado de boa fé e que comprometa ambas as partes.



Na perspectiva da FNE, a dignificação dos trabalhadores da Educação exige salários adequados ao rigor e à qualidade do trabalho desenvolvido. Assim, só se pode pensar na revisão das condições de trabalho e do processo de avaliação dos docentes com base em aumentos salariais que considerem a especificidade e responsabilidade da acção desenvolvida.

Terminada a campanha de visitas aos colégios, realizaram-se plenários em vários locais, nos quais os presentes manifestaram a sua disponibilidade para apoiarem novas formas de luta.

Dado que as hipóteses de negociação com a AEEP para o ano lectivo de 1997/98 foram completamente goradas, decidiu a FNE desenvolver uma segunda campanha de luta que passa por:

- escrever à AEEP, chamando-lhe à atenção para a gravidade de a actual direcção não honrar o Protocolo de Acordo celebrado entre as duas organizações, de dolosamente violar a Lei, e propor a revisão desse Protocolo, no sentido de, sem grandes sobressaltos nos colégios, os objectivos serem alcançados, e prever mecanismos para que uma situação semelhante não volte a acontecer.

- solicitar audiências para denunciar esta situação :

- ao Ministro da Educação ;
- à Comissão Parlamentar da Educação - trata-se de uma Lei que está a ser violada ;
- ao Presidente do Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo, para que tome a iniciativa que achar conveniente no seio do Conselho;
- estabelecer um prazo para a celebração de um novo protocolo;
- calendarizar formas de luta que incluirão o recurso a uma greve progressiva, a qual será previamente referendada pelos sócios dos sindicatos membros da FNE;
- realização de uma conferência de Imprensa, para dar a conhecer à Comunicação Social esta segunda fase de luta.

No momento da apresentação deste Relatório, apenas falta realizar a reunião com a Comissão Parlamentar de Educação.

## 6. Instituições Privadas de Solidariedade Social

No ano de 1994, a FNE assinou com a União das IPSS um protocolo que prevê, não só a revisão da PRT regulamentadora do sector, mas que visa, ainda, pressionar o Governo para que seja publicada uma alteração legislativa que permita à União das IPSS negociar e outorgar Contratos Colectivos de Trabalho, o que se concretizou no ano de 1996, com a publicação do Decreto-Lei nº 224/96 que permitiu à União constituir-se em entidade patronal.

Entre o ano de 1995 e o ano de 1996, a FNE, no âmbito da UGT, integrou uma Comissão Técnica tripartida que teve como grande objectivo proceder aos estudos preparatórios da revisão da PRT, tendo o documento, depois de várias vicissitudes, sido publicado no final de 1996.

Face ao facto de no ano de 1996 ter sido publicado o Decreto Lei que possibilitou à União das IPSS constituir-se como entidade patronal, no ano de 1997, no dia 30 de Abril, foi, entre a FNE e a União, assinado o primeiro Contrato Colectivo para o sector. Neste primeiro contrato - que a FNE reputa de histórico - estabelecem-se os aumentos salariais para o ano de 1997 e define-se que se irá dar início à negociação do primeiro articulado de um Contrato Colectivo para o sector.

As negociações para a revisão do articulado iniciaram-se no final do ano de 1997, tendo, para o ano de 1998, e para não prejudicar os trabalhadores, a FNE assinado um novo acordo em 27 de Janeiro de 1998, com a União da IPSS, com vista a aumentos salariais. Este acordo engloba, ainda, uma primeira alteração à carreira dos educadores de infância e dos professores que trabalham nas IPSS, aproximando-os já do desenvolvimento da carreira dos seus colegas que trabalham no ensino oficial.

## 7. Trabalhadores das Misericórdias

Decorrente do processo iniciado no ano de 1994 com as IPSS, e ainda do Protocolo assinado no ano de 1994 entre a União das Misericórdias e



a FNE, tendo em vista a revisão da Portaria Regulamentadora deste sector, várias foram as reuniões realizadas em 1995, 1996 e 1997.

Ao contrário do que aconteceu com as IPSS, a União das Misericórdias foi protelando as negociações, na expectativa de que o Governo publicasse a nova PRT e a alteração legislativa necessária para a negociação de um Contrato Colectivo de Trabalho. Apesar da publicação da legislação que permite a negociação de um Contrato Colectivo de Trabalho, a União das Misericórdias continua a afirmar a sua intenção de não o celebrar, mas sim de celebrar um instrumento de regulamentação que permita que todas as Misericórdias possam cumprir um mesmo articulado, o que se vê longe de concluir.

No ano de 1997, e porque as negociações com a União das Misericórdias entraram num impasse, foi necessário recorrer à mediação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para o acerto dos aumentos da tabela salarial a vigorar para os trabalhadores destas Instituições.

### **8. Ensino de Português no Estrangeiro**

Ao longo dos anos, a FNE tem negociado para os professores de português no estrangeiro, não só as suas condições de trabalho, mas também as tabelas salariais anuais. No ano de 1995, a tabela salarial para estes docentes foi objecto de imposição por parte do Ministério, não tendo o mesmo acontecido para os anos de 1996 e 1997, em que foi possível chegar a uma plataforma de entendimento com o ME.

No ano de 1997, a FNE negociou e acordou, em 29 de Julho, o novo regime jurídico dos professores de português no estrangeiro, regime jurídico este que consagra, entre outros, as normas - já negociadas, entretanto, pela FNE - pelas quais os concursos se passarão a reger.

### **9. Actualização das gratificações dos Delegados e Subdelegados Escolares**

Depois de longos anos de insistência e de um

acordo de princípio, obtido em Setembro de 1996, foi possível consagrar a revalorização das gratificações dos Delegados e Sub-Delegados Escolares por diploma legal publicado em 26 de Julho de 1997.

Não correspondendo integralmente à posição da FNE - razão pela qual não se celebrou um Acordo formal sobre esta matéria -, esta revalorização constitui uma melhoria significativa para os delegados e subdelegados escolares e colmata uma injustiça relativa que vínhamos denunciando há muito.

### **10. Revisões salariais anuais e outras negociações no âmbito da administração pública**

Nos últimos três anos, foi possível chegar a acordos com o Governo, no âmbito da nossa participação na FESAP, relativamente aos aumentos salariais anuais, os quais consagraram sempre alguma melhoria dos salários reais. Além disto, foi possível formalizar acordos sobre outras importantes matérias relacionadas com a Administração Pública, como sejam a revisão da lei da negociação colectiva, o fim dos contratos a termo certo, a extinção da categoria de Escriturário-Dactilógrafo, a redefinição do horário de trabalho, a nova regulamentação da classificação de serviço, o regime de férias, faltas e licenças, a formação profissional, o abono para falhas, a alteração do regime de recrutamento de pessoal dirigente para a Administração Pública, a constituição do Conselho Superior da Administração Pública, a criação dos Conselhos Consultivos da ADSE e da Caixa Geral de Aposentações, bem como a alteração das carreiras do regime geral da Administração Pública, sendo que esta implica importantes consequências para a carreira docente.

Neste momento, a maioria das matérias acordadas já foram traduzidas em diploma legal específico. Outras estão ainda em fase de negociação complementar, nomeadamente, a regulamentação do exercício da liberdade sindical no âmbito da administração pública.



## **C - Negociações em curso**

### **1. Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário**

#### **1.1. Revisão do Decreto-Lei nº 409/89**

A FNE apresentou ao Governo a sua proposta de revisão do Decreto-Lei nº 409/89, em Março de 1998. As negociações iniciaram-se no dia 1 de Abril, sendo este mais um processo que vai exigir muita determinação por parte do Secretariado que sair do V Congresso da Federação.

#### **1.2. Regulamentação do artº 63º do ECD**

Em reuniões sucessivas, a Comissão Negociadora do Ministério da Educação tem dado conta dos estudos que tem feito para criar um quadro identificador das escolas que se encontram em zonas isoladas e carenciadas e aquelas localidades em que é difícil a fixação de docentes. Tal como definimos, interessa um quadro abrangente dos diversos ciclos e graus de ensino.

Podemos considerar que o trabalho já realizado pode permitir o estabelecimento de um conjunto de escolas cujas características possam constituir um referencial que possibilite a regulamentação do artigo 63º, o qual prevê que sejam criados incentivos à fixação de professores nessas zonas. Está-se, porém, longe de um acordo sobre esta matéria.

### **2. Ensino Superior**

Para o ano de 1998, a FNE fez uma proposta de divisão dos 13% remanescentes, dos 20% consagrados pelo Acordo de 1996, em duas tranches. Sendo aceite o princípio, não foi aceite a vigência. Assim, o acordo a celebrar consagrará uma primeira revalorização de 3%, a partir do dia 1 de Janeiro, e de 3,5% a partir do dia 1 de Outubro.

Aguarda-se, a todo o momento, a marcação de uma reunião sobre os estatutos dos ensinos universitário e politécnico, porquanto as propostas de ambas as partes se encontram sobre a mesa.

### **3. Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Acção Educativa**

Encontra-se em fase adiantada de negociação o estatuto dos técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação. As propostas que se encontram sobre a mesa aproximam-se bastante da proposta inicial da FNE e o prazo previsto para terminar esta negociação é o final do ano lectivo de 1997/1998. As questões que ainda necessitam maior debate são as que dizem respeito aos concursos e à grelha salarial destes trabalhadores.

### **4. Instituições Privadas de Solidariedade Social**

As negociações tendentes ao estabelecimento do articulado do Contrato Colectivo de Trabalho estão a decorrer prevendo-se que em breve possam estar concluídas. A FNE reivindica para aos trabalhadores deste sector a dignificação da sua carreira, procurando ainda que maiores passos sejam dados no sentido de equiparar a carreira dos docentes das IPSS à dos docentes dos ensinos particulares e do ensino público.

### **5. Trabalhadores das Misericórdias**

As negociações com a União das Misericórdias, como já vem sendo hábito, mantêm-se num impasse. A FNE apresentou já uma proposta de articulado e de tabelas salariais que visam a equiparação dos trabalhadores deste sector e em especial dos trabalhadores docentes às praticadas no ensino particular.



## **III - ARTICULAÇÃO DA ACÇÃO COM OS SINDICATOS MEMBROS E COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS**

O Secretariado fez um esforço permanente de articulação com os seus Sindicatos membros, tendo organizado reuniões com dirigentes





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98

regionais dos Sindicatos relativamente aos processos reivindicativos mais relevantes. Esta acção tem-se revelado de grande importância no sentido do desenvolvimento de um espírito de equipa e da consolidação de uma cultura FNE que faz da Federação uma organização com uma grande identidade e que gera entre os seus membros um relevante sentido de pertença.

### *O nosso empenhamento na UGT*

No cumprimento do mandato que recebemos, pedimos a adesão à UGT, o que constituiu um significativo passo no maior envolvimento de todos os trabalhadores da Educação na Central Sindical Democrática de Portugal. Dirigentes da FNE passaram a integrar, nessa qualidade, os órgãos da UGT e dirigentes dos nossos Sindicatos têm participado activamente na vida da Central, integrando os Secretariados de muitas delegação regionais da UGT e representando-a em diversos organismos.

No âmbito da nossa participação na UGT, não podemos deixar de sublinhar que foi neste período de tempo que a UGT subscreveu o Acordo de Concertação Estratégica com o Governo, sendo de salientar as componentes que o integram para a área da educação.

O 1º de Maio constituiu sempre um pólo especial de intervenção em cada ano. Ao lado de outros Sindicatos, contribuimos para que a celebração do Dia do Trabalhador tivesse tido todos os anos um relevo especial, quer na sua componente de convívio entre os participantes, quer na sua componente política. Assim, junto à Torre de Belém, dispusémos sempre de um pavilhão próprio, onde se fez a divulgação da intervenção político-sindical da FNE.

No dia 28 de Maio de 1997, participámos na grande manifestação que decorreu em Lisboa, entre a CIP e o Ministério do Emprego, subordinada à exigência de mais e melhor emprego na Europa, por ocasião da conclusão dos trabalhos da Conferência InterGovernamental que procedeu à revisão do Tratado de Maastricht. Idênticas manifestações decorreram em todas as capitais dos países da União Europeia.

No dia 20 de Novembro de 1997, uma delegação da FNE participou, no quadro da intervenção da UGT, na manifestação que decorreu no Luxemburgo, com a presença de Trabalhadores de todos os países da União Europeia, sob o lema "Europa pelo Emprego".

### *As nossas relações internacionais*

Pedimos, também, a adesão à Internacional da Educação, onde fomos substituir os Sindicatos da FNE que já integravam a Internacional. No mesmo sentido integrámos o Comité Sindical Europeu onde uma nossa dirigente ocupa uma vice-presidência.

No âmbito da Internacional da Educação organizámos um Seminário Internacional sobre políticas de Educação pré-escolar, em Setembro de 1995.

É pela nossa filiação na Internacional da Educação que adoptamos o dia 5 de Outubro como Dia Mundial do Professor. Assim, todos os anos promovemos acções que assinalam a importância da profissão docente, procedendo à publicação de anúncios de Imprensa e denunciando situações de injustiça de que são vítimas professores em todo o Mundo. No ano de 1997, editou-se um postal ilustrado alusivo à data.



## IV - POLÍTICA DE FORMAÇÃO

**A política de formação da FNE tem-se desenvolvido, essencialmente, através do Instituto Superior de Educação e Trabalho - o ISET; não deixamos, porém, de desenvolver actividade formativa através da realização de encontros e seminários de reflexão como se explicita a seguir.**

### **1. Seminários e Encontros**

Em 1995, realizou-se em Lisboa, no início de Setembro, um Seminário sobre "Avaliação do Sistema Educativo", que contou com a participação dos professores António Almeida Costa, João Formosinho, Veiga Simão e Sérgio Machado dos Santos.



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98

Em 1996, realizaram-se dois encontros de reflexão e debate, no Porto, sobre a avaliação de desempenho dos professores;

Em 1997 (20 e 21 de Outubro) realizou-se em Lisboa um Seminário sobre autonomia e administração escolar que contou com intervenções do Dr. Joaquim Azevedo e dos professores Rui Canário, Conceição Alves Pinto e Manuela Teixeira.

### 2. O ISET campo privilegiado da acção formativa da FNE

O ISET prosseguiu uma acção de formação contínua, especializada e graduada marcada por uma grande exigência de qualidade.

A acção do ISET desenvolveu-se em todos os distritos do País e nas regiões autónomas, com excepção dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, considerados cobertos pelos serviços prestados pelas Escolas Superiores de Educação dos respectivos distritos.

#### Formação contínua

Ao nível da formação contínua, entre 1995 e 1998, frequentaram os nossos cursos e obtiveram o respectivo certificado os seguintes docentes, por área de formação:

ANO	TEMÁTICA	FREQUÊNCIA
1995	Projecto Educativo "A relação professor/aluno e o projecto educativo de escola" e "O projecto educativo de escola e o seu impacto na relação vivida na sala de aula"	648 docentes
	"As relações na sala de aula"	957 docentes
	"Metodologia da investigação pedagógica"	450 docentes
1996	"O projecto educativo de escola e o seu impacto na relação vivida na sala de aula";	115 docentes
	"As relações na sala de aula"	479 docentes
	"A observação na sala de aula"	693 docentes
1997	"As relações na sala de aula"	315 docentes

#### Formação especializada

Adquiriram formação especializada em Administração Escolar oitocentos e vinte e três docentes.

#### Diplomas de Estudos Superiores Especializados

Foram atribuídos cento e vinte Diplomas de Estudos Superiores Especializados até 30 de Março de 1998.

#### Inscritos em 1998

Estão inscritos no Instituto no ano de 1998 mil seiscentos e doze formandos.

#### Actividade de Investigação

O Curso de Estudos Superiores Especializados conclui-se com um projecto de investigação orientado por um professor.

As áreas temáticas que têm sido objecto de projectos de investigação são os seguintes :

Campo temático	Orientador
A indisciplina na escola	doutor Feliciano Veiga
Trabalhos de Casa : das representações e das estratégias	doutor Manuel Alte da Veiga
Da Socialização Familiar e Escolar Escola como espaço de estratégias e de interacção Trabalho de casa revelador de desigualdades e de estratégias	doutora Conceição A. Pinto
Conflitos na escola Cultura de Escola e Projecto Educativo Participação e Clima de escola (relativo a alunos, pais, professores e funcionários) Socialização profissional e identidade docente	doutora Manuela Teixeira
Participação e Clima de escola	doutor Mariano Alves
Socialização Escolar dos Alunos	mestre Alcino Cartaxo
Da Socialização Familiar e Escolar Participação e Clima de escola Participação dos pais na escola Socialização e integração escolar	mestre José Verdasca mestre Eduarda Dias





## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO 95/98



### V - POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

Houve, ao longo do triénio, uma forte preocupação de garantir informação actualizada a todos os sócios dos Sindicatos membros da FNE, o que se conseguiu através da edição regular do nosso "Jornal da Federação", o qual serviu de apoio a acções de dinamização, designadamente por ocasião da discussão das propostas do Ministério e da FNE.

Relativamente a alguns momentos particularmente importantes e em relação a matérias significativas, foram editados jornais especiais e folhas informativas.

Em relação aos Órgãos de Comunicação Social, manteve-se uma ligação permanente que se traduziu no envio de largas dezenas de notas informativas, as quais tiveram muito boa recepção, o que foi visível em imprensa de dimensão nacional, regional e local. A nível de Rádio e Televisão, foram inúmeras as

oportunidades em que dirigentes da FNE foram chamados a pronunciar-se sobre as mais diversas matérias, em diversos programas de Rádio e Televisão.

Por outro lado, realizaram-se várias conferências de imprensa, de que se destacam as Conferências de Imprensa de final de ano lectivo, destinadas a apresentar o balanço da actuação do Ministério da Educação. Entretanto, em várias oportunidades, e por ocasião de iniciativas da FNE, a Secretária Geral da FNE fez declarações à Imprensa que tiveram impacto mediático significativo.

Da leitura de jornais de dimensão nacional e regional, ressalta que a FNE apareceu mencionada centenas de vezes, demonstrando-se deste modo o interesse que as nossas posições merecem à generalidade da Comunicação Social, a qual tem tido sempre a preocupação de ouvir as nossas tomadas de posição sobre todas as matérias que se prendem com a área da Educação.



## 5º CONGRESSO

Os Trabalhos do Congresso iniciam-se às 11h30m do dia 22 de Abril.

A documentação começa a ser entregue aos delegados a partir das 10h do mesmo dia 22 de Abril.

**COM TODOS  
MUDAR A ESCOLA  
CONSTRUIR O FUTURO**